

8ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa

12 de dezembro de 2018

Ata da Vigésima Sexta Sessão Extraordinária

Às doze horas e doze minutos, do dia doze do mês de dezembro, do ano de dois mil e dezoito, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pela Senhora Deputada Luana Ribeiro, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário, e Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, a Senhora Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Olyntho Neto, Paulo Mourão, Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Stalin Bucar, Toinho Andrade, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Solange Duailibe e Valderez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Nilton Franco, Osires Damaso, Valdemar Júnior e Vilmar de Oliveira. Após a leitura do Texto Bíblico, a Senhora Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual

foi aprovada. Não havendo Expedientes a serem lidos, Matérias a apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números 16/2018, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, no valor que especifica, e adota providência”, que deu origem ao Processo número 116/2018; 12/2018, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao advogado Walter Ata Rodrigues Bitencourt”, que deu origem ao Processo número 51/2018; 25/2017, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao advogado Renato Jácomo”, que deu origem ao Processo número 30/2017; 40/2018, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “concede Título Tocantinense ao Senhor Renato Miranda Ramalho”, que deu origem ao Processo número 40/2018; 47/2018, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Machado do Projeto de Assentamento Firmeza I”, que deu origem ao Processo número 69/2018; 57/2018, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto Lula, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Pescadores Profissionais do Tocantins-Appé-TO, localizada no município de Palmas-Tocantins”, que deu origem ao Processo número 83/2018;

58/2018, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Social e Cultural dos Comunicadores de Rua do Estado do Tocantins, com sede na cidade de Araguaína”, que deu origem ao Processo número 79/2018; 64/2018, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação denominada pela sigla Instituto Reviver”, que deu origem ao Processo número 89/2018; 70/2018, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Federação Tocantinense de Desporto Escolar-FTDE, localizada no município de Palmas-TO”, que deu origem ao Processo número 99/2018; 94/2018, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “altera o item 1.218, do Anexo IV, da Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo 138/2018; 211/2017, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Ricardo Correia Ribeirinha”, que deu origem ao Processo 288/2017; 245/2018, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges, que “declara de Utilidade Pública a Associação Peniel de Goiatins e dá outras providências”, que deu origem ao Processo 24/2018; e 300/2016, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Resgatando Vidas-ARV, com sede em Palmas-TO”, que deu origem

ao Processo número 282/2016; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Em seguida, a Senhora Presidente encerrou a Sessão às doze horas e vinte minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário